



Horizontes das **Ciências Sociais Rurais 2**

**Leonardo Tullio
(Organizador)**

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-131-2

DOI 10.22533/at.ed.312191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste segundo volume, apresentamos 19 trabalhos que discutem sobre a percepção, processos e estratégias de estudos direcionados a compreender as pessoas em relação ao produto desenvolvido. São artigos recentes que demonstram pontos a serem observados sobre o empreendimento para o seu sucesso.

Conhecer a percepção dos produtos por parte do consumidor é uma estratégia fundamental no agronegócio. Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, aplicando conhecimento das ciências sociais é a proposta destes trabalhos.

Espero que a leitura desses artigos contribua para o seu conhecimento.

Aproveite ao máximo as reflexões e os resultados deste volume.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SEGURANÇA DOS ALIMENTOS E MARCAS DE CERTIFICAÇÃO: CONTRIBUTOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE DO RIO GRANDE DO SUL	
<i>Kelly Lissandra Bruch</i> <i>Adriana Carvalho Pinto Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918021	
CAPÍTULO 2	23
OS FATORES DE INFLUENCIA NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DA FEIRA LIVRE DE SANTA ROSA/RS	
<i>Carlos Thomé</i> <i>Dionéia Dalcin</i> <i>Lidiane Kasper</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918022	
CAPÍTULO 3	43
PERCEPÇÕES DO CONSUMIDOR SOBRE O SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SIPAF): O CASO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM ASSIS/SP	
<i>Mara Elena Bereta de Godoi Pereira</i> <i>Silvia Cristina Vieira Gomes</i> <i>Liliane Ubeda Morandi Rotoli</i> <i>Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani</i> <i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918023	
CAPÍTULO 4	59
FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR DE CELULOSE E PAPEL E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO	
<i>Paulo Henrique de Lima Siqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918024	
CAPÍTULO 5	75
APRENDIZ DO CAMPO: ESTIMULANDO A SUCESSÃO RURAL ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA - RS	
<i>Mirian Fabiane Strate</i> <i>Maitê Luize Schumann</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918025	
CAPÍTULO 6	88
APL DE FLORES DA SERRA DA IBIAPABA NO CEARÁ: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA, PROCESSOS DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO	
<i>Luis André Aragão Frota</i> <i>Elda Fontinele Tahim</i> <i>Sefisa Quixadá Bezerra</i> <i>Anne Graça de Sousa Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918026	

CAPÍTULO 7 104

MARCA: ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES NO SEGMENTO DE REDES DE CAFETERIAS

Jaqueline Carolino
Patrícia Pereira Peralta
Sergio Medeiros Paulino de Carvalho
Vera Lucia de Souza Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.3121918027

CAPÍTULO 8 119

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS ARTIGOS DE PESQUISADORES DA REDESIST

José Maria Cardoso Sacramento
Glauco Schultz

DOI 10.22533/at.ed.3121918028

CAPÍTULO 9 136

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS: UMA ALTERNATIVA À PRODUÇÃO DE FUMO?

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.3121918029

CAPÍTULO 10 151

BIOCOMBUSTÍVEIS COMO UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL À PRODUÇÃO DE FUMO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PROTOCOLADOS PELA AFUBRA

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.31219180210

CAPÍTULO 11 165

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: AVANÇOS E DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E MATO GROSSO

José Roberto Rambo
Raphael Fernando Diniz
Antonio Nivaldo Hespanhol
Antonio Lázaro Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.31219180211

CAPÍTULO 12 183

PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NO SETOR SUCROENERGÉTICO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO PROTOCOLO AGROAMBIENTAL

Edenis Cesar de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.31219180212

CAPÍTULO 13 201

PRODUÇÃO DE SOJA NO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE A TEORIA DA LOCALIZAÇÃO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva
Francislaine Darienzo Alves
Rosicley Nicolao de Siqueira
Rubia Araújo Coelho
Mamadu Lamarana Bari

DOI 10.22533/at.ed.31219180213

CAPÍTULO 14 217

COMPRA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: A ENTREGA DE CESTAS COMO PRÁTICA DE MERCADO DE CIRCUITO CURTO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva

Francislaine Darienzo Alves

Rosicley Nicolao de Siqueira

Rubia Araújo Coelho

Mamadu Lamarana Bari

Tatiana Aparecida Balem

Ethyene de Oliveira Alves

Walesca Piovesan Winch

Guilherme dos Santos Schmelig

DOI 10.22533/at.ed.31219180214

CAPÍTULO 15 238

VANTAGENS COMPARATIVAS PRODUTIVAS E COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

Luiza Maria Marinho

Adonias Vidal de Medeiros Júnior

Meire Eugênia Duarte

Gerlânia Maria Rocha Sousa

Fábio Lúcio Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.31219180215

CAPÍTULO 16 254

ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM ESTABELECIMENTOS RURAIS EM JOAÍMA, MG: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Múcio Tosta Gonçalves

Laila Ferreira dos Santos Araújo

DOI 10.22533/at.ed.31219180216

CAPÍTULO 17 270

TERRITÓRIOS POTIGUARES INDUZIDOS PELAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

Clesio Marcelino de Jesus

Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31219180217

CAPÍTULO 18 289

ARROZ DO LITORAL NORTE GAÚCHO: A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA

José Marcos Froehlich

Nathalia Lima Pinto

Jeniffer Hübner

DOI 10.22533/at.ed.31219180218

CAPÍTULO 19 306

BOVINOCULTURA DE CORTE BRASILEIRA SEM O USO DE ANTIBIÓTICOS: CONSEQUÊNCIAS E ALTERNATIVAS

Cleverson Percio

Daniel Augusto Barreta

Edpool Rocha Silva

Claiton André Zotti

DOI 10.22533/at.ed.31219180219

SOBRE O ORGANIZADOR..... 322

APRENDIZ DO CAMPO: ESTIMULANDO A SUCESSÃO RURAL ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA - RS

Mirian Fabiane Strate

Mestre em Desenvolvimento Rural – UFRGS
Porto Alegre - RS

Maitê Luize Schumann

Mestre em Extensão Rural- UFSM
Santa Maria- RS

RESUMO: O Vale do Taquari tem sua base econômica e social alicerçada na pequena produção rural, com 23.773 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 93,9% do total de estabelecimentos, em sua maioria integrados a cooperativas agroindustriais. Nos últimos anos vemos uma redução da população que vive no meio rural e faz da agropecuária sua fonte de renda. A permanência do jovem no campo configura-se um grande desafio socio- econômico. O presente trabalho analisa uma proposta de educação rural, alicerçada no cooperativismo que visa formar jovens autônomos, protagonistas e que façam da atividade agrícola sua escolha profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Sucessão rural – Educação rural - Cooperativismo

ABSTRACT: Taquari Valley has its economic and social base based on small rural production, with 23,773 establishments of family agriculture, representing 93.9% of the total establishments, mostly integrated to agroindustrial cooperatives.

In the last years we see a reduction of the population that lives in the rural environment and makes of the agricultural one its source of income. The permanence of the young person in the field constitutes a great socio-economic challenge. The present work analyzes a proposal of rural education, based on the cooperativism that aims to form autonomous young people, protagonists and that make the agricultural activity their professional choice.

KEYWORDS: Rural succession - rural education - cooperativism

1 | INTRODUÇÃO

O município de Teutônia possui o maior percentual de cooperados no estado do Rio Grande do Sul. A presença do trabalho integrado justifica o título de “Terra do Cooperativismo” que é responsável pelo desenvolvimento econômico e social nos meios rural e urbano na região do Vale do Taquari. A região tem sua base econômica e social alicerçada na pequena produção rural, com 23.773 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 93,9% do total de estabelecimentos (IBGE, 2010).

A Cooperativa Escolar de Aprendizagem Teutônia (COOPEAT) é formada por alunos regulares da rede pública de ensino, aprendizes

cotizados por uma cooperativa, que participam do programa Aprendiz Cooperativo do Campo, no turno inverso ao das aulas regulares. A iniciativa de criação da cooperativa partiu dos próprios estudantes em parceria com cooperativas da cidade, parceiras do programa. No programa, os jovens têm aulas teóricas sobre sistemas de produção vegetal e animal, monitoramento e gestão ambiental, gestão e administração rural. As aulas práticas, na unidade pedagógica da escola ministrante, constituem momentos de aprendizagem e aplicação dos conhecimentos. Os estudantes cultivam verduras e hortaliças orgânicas, produzem rapaduras e balas medicinais durante as aulas, e comercializam via cooperativa escolar. O Programa tem entre os seus objetivos a educação e a qualificação de jovens a fim de incentivá-los a permanecer no campo, além de promover e subsidiar a capacidade de trabalhar em grupo, estimulando-os para a diversificação das propriedades. Os próprios jovens constituem o conselho administrativo, organizam, comercializam e administram a produção e a gestão da cooperativa. A COOPEAT tem a colaboração recíproca como sua base e os seus objetivos são promover a educação e difundir os princípios do cooperativismo, visando conscientizar os associados para a importância desses princípios, além de constituir um laboratório de aprendizagem operacional da prática desses princípios.

Incentivados pelas grandes cooperativas existentes no município, é através dessa experiência que os estudantes vivenciam a possibilidade de aprender formas mais sustentáveis de produção e de consumo, e colocam a manutenção da saúde da população entre uma de suas metas. O trabalho integrado possibilita a aprendizagem do trabalho em equipe, a construção da consciência de comunidade e também o desenvolvimento individual de cada jovem, que aprende e exerce atividades de sua escolha na cooperativa, conforme suas capacidades e habilidades, através do incentivo à autonomia, à liderança e ao protagonismo.

2 | AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO TAQUARI

De acordo com o BDR (2011), o Vale do Taquari encontra-se na região central do estado do Rio Grande do Sul, distante média 150 km de Porto Alegre, tem 4.821,1km² de área (1,71% da área do estado) e conta com 355.418 habitantes (3,07% do estado – Censo demográfico 2015). A região situa-se às margens do rio Taquari e afluentes compreendido entre Arvorezinha e Taquari, alcançando ao oeste, até os municípios de Progresso e Sério e, ao leste, até Poço das Antas e Paverama. O Vale do Rio Taquari está localizado na centro-leste do Rio Grande do Sul, possuindo três distintas características fisionômicas: o Planalto Meridional (região conhecida como Campos de Cima da Serra), a encosta do Planalto (relevos bastante acidentados) e a Depressão Central (extensos terraços aluviais).

Vale do Taquari — 2008



Figura 1 – Mapa do Vale do Taquari – 2008

Fonte: FEE, 2013.

Conforme FEE (2013) o Vale ocupa o 8º lugar entre 28 regiões do Estado. Da produção de riquezas nos 36 municípios do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (Codevat), o setor de serviços tem maior participação, com 52,7% do Valor Adicionado Bruto. A economia local representa 3,2% do total do PIB gaúcho. Três cidades da região aparecem entre as vinte melhores colocadas no Estado no PIB per capita: Arroio do Meio, na 11ª posição, Imigrante (17ª) e Westfália (18ª).

A região tem sua base econômica e social alicerçada na pequena produção rural com de 24.067 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 93,9% do total de estabelecimentos, o que representa 26% do total de sua população, que vivem no meio rural da região (IBGE, 2010), bem superior à média do Estado que corresponde a 14,9%, ocupando 89,1% da área agrícola, produzindo 85,1% do valor de produção e ocupando 92% das pessoas vinculadas a agricultura.

Variável	Valor
Área (Km ²)	4.916,58
Pop total (hab) (2015)	355.418
Pop urbana (hab) (2013)	242.738
Pop rural (hab) (2013)	87.153
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	24.067
Pessoal ocupado na agricultura familiar	60.787

Quadro 1 - Caracterização da agricultura familiar do território Vale do Taquari e 2015

Fonte: Kolchinski; Zanetti; Biondo(2017).

No Vale do Taquari existe uma grande heterogeneidade na agricultura, que está relacionada a ocupação do território e a própria paisagem, os municípios situados no baixo Taquari, em rápido processo de urbanização e industrialização, podemos observar êxodo rural e pluriatividade. Em contraste com os municípios situados no alto Taquari, onde a agricultura ainda é atividade predominante.

A distribuição da população entre rural e urbana também registrou variações, conforme os dados do IBGE, apresentados na Tabela 1.

Município	População rural		Variação na população rural 2000 a 2010(%)	População rural		Variação na população urbana 2000 a 2010(%)
	2000	2010		2000	2010	
Anta Gorda	4.506	3.742	-16,96	1.821	2.331	28,01
Arroio do Meio	4.216	4.120	-2,28	12.735	14.663	15,14
Arvorezinha	4.885	3.952	-19,10	5.377	6.273	16,66
Bom Retiro do Sul	2.509	2.310	-7,93	8.279	9.162	10,67
Canudos do Vale	0	1.396	-	0	411	-
Capitão	1.708	1.489	-12,82	857	1.147	33,84
Colinas	1.435	1.315	-8,36	1.027	1.105	7,59
Coqueiro Baixo	0	1.246	-	0	282	-
Cruzeiro do Sul	5.492	4.844	-11,80	6.172	7.476	21,13
Dois Lajeados	2.010	1.714	-14,73	1.214	1.564	28,83
Doutor Ricardo	1.681	1.337	-20,46	447	693	55,03
Encantado	2.492	2.631	5,58	16,36	17.879	11,49
Estrela	4.706	4.706	0	22.695	25.913	14,18
Fazenda Vilanova	1.655	1.684	1,75	1.178	2.013	70,88
Forquetinha	0	2.011	-	0	468	-
Ilópolis	2.506	1.895	-24,38	1.749	2.207	26,19
Imigrante	2.615	1.524	-41,72	1.235	1.499	21,38
Lajeado	3.944	265	-93,28	60.189	71.180	18,26
Marques de Souza	2.777	2.523	-9,15	1.464	1.545	5,53
Muçum	1.053	777	-29,06	3.675	4.044	10,04
Nova Bréscia	3.078	1.673	-45,65	1.486	1.511	1,68
Paverama	4.110	3.946	-3,99	3.634	4.098	12,77
Poço das Antas	1.211	1.156	-4,54	735	861	17,14
Pouso Novo	1.548	1.243	-19,70	647	632	-2,32
Progresso	4.921	4.290	-12,82	1.576	1.873	18,85
Putinga	3.128	2.564	-18,03	1.501	1.577	5,06
Relvado	1.656	1.421	-14,19	638	734	15,05
Roca Sales	4.713	3.684	-21,83	4.571	6.600	44,39
Santa Clara do Sul	3.082	2.842	-7,79	1.724	2.855	65,60
São Valentim do Sul	1.559	1.422	-8,79	581	746	28,40
Sério	2.138	1.751	-18,10	568	530	-6,69
Tabaí	2.455	2.885	17,52	1.108	1.246	12,45
Taquari	5.095	4.217	-17,23	20.792	21.875	5,21
Teutônia	5.333	3.950	-28,61	17.358	23.322	34,36
Travesseiro	1.522	1.427	-6,24	827	887	7,26

Município	População rural		Variação na população rural 2000 a 2010(%)	População rural		Variação na população urbana 2000 a 2010(%)
	2000	2010		2000	2010	
Vespasiano Correa	1.873	1.568	-16,28	336	406	20,83
Westfália	0	1.663	-	0	1.130	-
Total território	97.812	87.153	-10,90	204.232	242.738	18,85

Tabela 1 - População rural e urbana do Território do Vale do Taquari, RS, 2000 e 2010

Fonte: Do autor, adaptado de Kolchinski; Zanetti; Biondo(2017).

Observa-se, que municípios localizados na parte mais alta do Vale, no norte, apresentam êxodo rural, com deslocamento populacional para outras regiões e municípios localizados na parte baixa, sul do Vale. A baixa industrialização e opções de emprego, levam principalmente as populações mais jovens, a buscarem outros municípios para trabalhar, estudar e viver. O município de Lajeado vem configurando-se como um polo regional, em processo acelerado de urbanização e crescimento da população urbana, significativa redução da população rural. Enquanto isso na parte baixa do Vale do Taquari, observa-se que os jovens continuam morando na propriedade, mas saem dela para trabalhar, ou seja, ocorre êxodo agrícola. Este fenômeno está associado a não permanência dos jovens no campo intensificando o processo de urbanização que ocorre no Vale, afetando a estrutura econômica da região, alicerçada na produção agropecuária e agroindustrialização.

3 | SUCESSÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar contrapõe-se à agricultura patronal, caracterizada pelas grandes propriedades e pelo emprego da mão-de-obra assalariada ou volante. Esse fato é confirmado com o maior desenvolvimento verificado nos municípios onde a agricultura familiar é bem desenvolvida, pois o potencial de manter postos de trabalho já existentes ou gerar novos postos de trabalho é muito maior na agricultura familiar do que na patronal. (EHLERS, 1999, p. 38).

Os jovens que migram para as cidades são atraídos pelas ofertas de trabalho, estudo, partem em busca de uma melhor condição de vida e deixam de se preparar para dar continuidade às atividades da propriedade rural. Esses fatos são ainda mais relevantes nos pequenos municípios que têm sua base econômica centrada na agropecuária, pois os jovens são atraídos para os municípios maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho, ocasionando a diminuição da população e a perda de mão-de-obra qualificada. Atualmente, muitos são os problemas enfrentados nas propriedades rurais no que tange a sucessão familiar e associativismo; o agricultor não está mais conseguindo influenciar seus filhos para a continuidade da atividade

rural, com isso ocorre o chamado êxodo rural, que afeta a fidelização dos cooperados, pois a sobrevivência das cooperativas depende da sucessão dos associados pelos seus filhos, o que nem sempre ocorre de maneira tranquila.

Considerando a vida na agricultura familiar, existem pequenos universos que contribuem para a formação da identidade dos jovens, o primeiro e a família. A família é o alicerce na formação identitária dos jovens, onde gera a primeira imagem do seu “eu” e do “mundo exterior”. Assim, a família funciona como “eixo de referências” para a vida do jovem (SARTI, 2004). Com razão, Paulo Freire (2007) escrevia “meu primeiro mundo foi o quintal de casa”. Esse mundo constitui de uma unidade de produção, na agricultura familiar, e nela os jovens aprendem o que é o trabalho.

A família e a esfera natural de existência no universo dos jovens, e a origem dos fatores intergeracionais. A partir dela surgem todos os fatores externos, que servirão de referenciais na construção de sua identidade, exemplo desses fatores, os meios de comunicação (SARTI, 2004). A televisão, o rádio, telefone e a internet são meios que encurtam a distância entre as diferentes realidades, no caso, entre o mundo rural e o urbano, permitem aos jovens se apropriar de elementos de outra ordem cultural (BRUMER, 2004)

Para Castro (2005), a escola constitui-se outra esfera de ligação com a com a complexa realidade que o jovem rural. Nela o jovem começa a encontrar seu espaço de sociabilidade. Na visão dos jovens ir à escola e o primeiro passo para “sair de casa”. Para os pais essa ainda é uma esfera que está sob o controle deles. No entanto, a escola possui um papel central na formação do jovem, pois o conhecimento adquirido, dependendo dos aspectos culturais e metodológicos da escola e dos fatores intergeracionais, pode ser convertido para o campo, a fim de aperfeiçoar as técnicas de produção e comercialização. Porém ele pode também ampliar sua visão de mundo e enxergar oportunidades fora do campo, no interesse de fugir da penosidade do trabalho rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; CASTRO, 2005; ESTEVAM, 2007; FERRARI et al. 2004).

Del Grossi et al. (2001) que argumentam que hoje não há mais um êxodo rural dos jovens, e sim um êxodo agrícola, uma legítima fuga do trabalho no campo. Wedig e Menasche (2009) confirmam essa afirmação, afirmando que campo está se tornando cada vez mais o lugar ideal para moradia, e a preferência do jovem quanto a trabalho e lazer está toda na cidade, o que reforça a observação de Abramovay et al. (1998) sobre o rural como lugar apenas de moradia.

A sucessão na agricultura familiar, portanto, não acontece mais de forma natural, ou espontânea, está se tornando cada vez mais a “última opção”, um fardo para os jovens (FERRARI et al., 2004). Neste contexto, propostas educacionais que problematizem e articulem opções de renda e cooperativismo são fundamentais para construir alternativas de permanência do jovem no campo, não apenas para moradia, mas visando o desenvolvimento rural.

4 | EDUCAÇÃO RURAL E COOPERATIVISMO

A sociedade humana está em constante construção e reconstrução, movida pela produção do conhecimento, de diferentes saberes e ciências, pelo seu uso, condicionados por necessidades, desejos e interesses em interação. Desse processo também nascem, nos diferentes tempos e lugares, organizações sociais e econômicas, espaços de cultura e política, abrigando processos e práticas de educação e de aprendizagem.

A educação popular comunitária, trabalhando com a categoria produção, busca formas de aprender produzindo, levando em conta a realidade das populações marginalizadas, excluídas do modo de produção dominante. Os campos de ação da educação popular comunitária podem ser tanto a escola formal, como a não-formal, as organizações econômicas e populares, as escolas produtivas e mesmo as microempresas. (GADOTTI, 1998, p. 307).

O cooperativismo é decorrente de uma necessidade comum entre as pessoas e da consciência de superação conjunta de problemas, com vistas à obtenção de benefícios aos que cooperam. Para que ocorra o cooperativismo, portanto, são necessárias condições objetivas e subjetivas. A condição objetiva é a situação vivenciada geradora de problemas; a condição subjetiva é a tomada de consciência de que os problemas são comuns e de que, com a união, é possível superá-los, proporcionando vantagens mútuas. O processo de tomada de consciência e de organização é educativo, gerando conhecimento e sociabilidade.

O processo educativo, seja ele formal, não-formal ou informal, sempre é uma ação social, uma vez que está baseado nas relações que se estabelecem entre sujeitos, entre educadores e educandos, que se transformam em aprendizes um do outro. Não há como fugir da sociabilidade, e a educação, por si mesma, já a pressupõe e a intensifica. “A educação, indiferentemente do conceito que adotamos, sempre se apresenta como uma ação entre sujeitos, isto é, como uma ação social”. (BOUFLEUER, 1997, p. 22).

Conforme Paulo Freire (1998, p. 26), o aprender é anterior ao ensinar e, com o desenvolvimento da escola, ambas as capacidades se entrelaçam, sendo impossível diferenciá-las em momentos estáticos diferenciados:

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulher es e homens aprenderam que era possível ensinar. (. . .) Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender (FREIRE, 1998, p. 26)

A atividade educativa, como processo de humanização, mostra a necessidade que temos de nos relacionarmos com as outras pessoas para nos tornarmos humanos. O trabalho do educador, que se educa com sua prática educativa, é perguntar sobre a finalidade do que é humano e construir consciências que possam, livremente, optar e

se responsabilizar pelas suas ações.

A capacidade de aprender, condição para a educação, é decorrente de necessidades humanas, do conjunto de desafios que as mulheres e homens encontraram para resolver problemas da sua vida. Quando se tem um grupo com os mesmos ideais e características iguais, se unir é a melhor forma para alcançar resultados. Partindo desse pensamento, agricultores se unem para conseguir melhores resultados do que, geralmente, não conseguiriam se estivessem sozinhos. Prosperar se torna mais fácil quando se tem ajuda mútua.

Buscar soluções próprias, trazer para si a responsabilidade e vivenciar os resultados alcançados fortalecem a autoestima, a autoconfiança e o senso de comunidade. Percebe-se aqui um processo de transformação pessoal, de aprendizado da cidadania, que dão ao jovem rural a oportunidade de vivenciar os resultados da ação individual e coletiva que podem efetivamente transformar o seu contexto de vida.

5 | PROGRAMA APRENDIZ DO CAMPO

Os Programas de Aprendizagem são programas técnico-profissionais que preveem a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 615, de 13 de dezembro de 2007, cotizando adolescentes ou jovens entre 14 e 24 anos que estejam matriculados e frequentando a escola, caso ainda não tenham concluído o ensino médio, e inscrito em programa de aprendizagem (art. 428, *caput* e § 1º, da CLT).

Segundo o art. 429, § 1º da Constituição das Leis Trabalhistas, a cota de aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional.

Seguindo a Lei da Aprendizagem (10.097/2000), regulamentada pelo Decreto nº 5.598, de 01/12/2005, investe-se na formação técnico-profissional de jovens brasileiros, ampliando suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e tornando mais promissor o futuro das novas gerações. Na perspectiva das cooperativas e empresas, que são parceiras no processo educativo e local de exercício prático, a lei oportuniza o cumprimento de uma função social relevante e de contribuição para a formação de um profissional com visão mais ampla dos valores sociais, além de, simultaneamente, colaborar para a qualificação dos serviços que realiza. Nessa perspectiva, o curso “Aprendiz do Campo” extrapola a obrigação legal, constituindo-se em ação de desenvolvimento social que efetiva o direito de acesso ao trabalho decente e permite a formação e a inserção de jovens num mercado de trabalho cada vez mais exigente no que se refere à qualificação profissional, somada à oportunidade de conhecimento e experimentação da doutrina cooperativista, assim como da estrutura e funcionamento de uma cooperativa, aspectos que emprestam à aprendizagem características

peculiares para a construção da trajetória de vida dos aprendizes.

O Programa Aprendiz do Campo tem como objetivo proporcionar aquisição e reforçar conhecimentos e competências pessoais, sociais e relacionais, que inserem na vida comunitária e são necessárias a diferentes contextos de trabalho, favorecendo aprendizagens mais amplas, de natureza científica, essenciais ao exercício profissional. O Programa prevê aprendizagem, com a metodologia da alternância, sendo que as atividades práticas são orientadas e fundamentadas no seu fazer. O Processo de Ensino Aprendizagem está fundamentado na relação do ensinar e do aprender com os entes envolvidos, nesta condição os Jovens cotizados e o Professor Profissional, através de metodologias desenvolvidas na individualidade e especialmente no trabalho com grupos e equipes, realizam análises e diagnósticos com exercícios de tomada de decisão e aplicação de métodos e técnicas aos sistemas de produção agropecuários, enfatizando os conceitos da Sustentabilidade e do Cooperativismo.

Além da visão pedagógica da aprendizagem, esse programa busca despertar o interesse pela área agropecuária nos jovens rurais e urbanos, enfatizando a importância da permanência do jovem no meio rural, destacando a questão da sucessão familiar no campo.

O Programa Aprendiz do Campo possui carga horária de 1104 horas, sendo 552 horas de conteúdo teórico e 552 horas de atividades práticas, em um período de 18 meses, adotando-se a metodologia da alternância, sendo duas semanas de aulas teóricas e duas semanas de atividades práticas. Os Aprendizes envolvidos no Programa Aprendiz do Campo, modalidade pioneira no Brasil, são jovens cotizados pela Cooperativa Languiru, uma Cooperativa Agropecuária do município de Teutônia.

A realização dos Módulos Teóricos e Práticos são desenvolvidos respectivamente no Colégio Teutônia e na Granja do Colégio, que possui uma estrutura de produção e manejo de Bovinos, Ovinos, Suínos, Culturas Forrageiras, Culturas de Verão, Culturas de Inverno, Horticultura, Fruticultura, Floriculturas, Sistemas de Gestão e Monitoramento Ambiental, Sistemas Agrosilvipastoril e Mecanização Agrícola. Os objetivos e a Matriz Curricular (Figura 2) estão em conformidade, sendo propostas e desenvolvidas várias ações e metodologias diferenciadas para o cumprimento do Módulo Prático de 552 horas, colocando a serviço a infraestrutura física, técnica e pedagógica e em especial os princípios, missão, visão e valores desta instituição que entende sua condição de preparar “hoje o cidadão de amanhã”.

CURSO	MÓDULO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Aprendiz do Campo	Básico (296h)	Cooperativismo	44
		Cidadania e Trabalho	44
		Empreendedorismo	20
		Matemática Comercial e Financeira	32
		Linguagem e Comunicação	40
		Informática	40
		Formação Humana e Científica	24
		Contabilidade	40
		Educação Ambiental	12
	Específico (256h)	Gestão de Pequenas e Médias Propriedades Rura	52
		Acesso ao Crédito e Garantias	20
		Cultura de Grãos	52
		Carnes e Derivados	52
		Cadeia Produtiva do Leite	52
		Hortaliças	12
		Fruticultura	16
		Carga Horária Total	

Figura 2: Grade Curricular do Programa Aprendiz do Campo

Fonte: Colégio Teutônia, 2017

A execução das 552 horas do módulo prático junto à unidade formadora Colégio Teutônia, conta com a permanente presença de um Professor Profissional habilitado técnica e pedagogicamente para este fazer, justificando-se sua relevância pela existência de práticas pedagógicas alternativas no universo do desenvolvimento local que é aqui compreendido sob a lógica da participação e mobilização.

Junto ao desenvolvimento das atividades práticas desse programa, surgiu a ideia de montar-se uma Cooperativa Escolar, que são associações de estudantes com finalidade educativa, podendo desenvolver atividades econômicas, sociais e culturais em benefício dos associados.

Em sua essência, busca formular uma proposta pedagógica com a participação do corpo discente em atividades práticas. Todo o trabalho e tempo dedicado ao projeto englobam atividades que promovam a liberdade, a cooperação, o saber e o fazer.

A Cooperativa Educacional de Aprendizagem Teutônia (COOPEAT), teve sua Assembleia de Fundação no dia 05 de julho de 2016, contando com a participação de 25 cooperados. Até o dia da assembleia fez-se todo um processo de construção e aprendizagem sobre a constituição e funcionamento de uma cooperativa, criando-se a identidade da cooperativa.

A Cooperativa Escolar com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados tem o objetivo de educar e promover a difusão da doutrina cooperativista, visando a melhor educação e conscientização dos associados dentro dos princípios cooperativistas;

A Cooperativa Escolar é laboratório de aprendizagem operacional para a prática e a fixação dos princípios educacionais, preconizados na doutrina cooperativista, através da autogestão e solidariedade. Sendo assim, os jovens aplicam na prática o

que aprendem em sala de aula, sendo responsáveis pelo planejamento e produção de seu objeto de aprendizagem, bem como a gestão de sua cooperativa.

A COOPEAT tem como objetos de aprendizagem produtos e serviços ligados à área rural, considerando que são estudantes do Programa Aprendiz do Campo. Atualmente produzem hortaliças, balas de mel com gengibre e rapaduras de chocolate

A COOPEAT tem como missão promover o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável, buscando a satisfação e confiança dos consumidores dos produtos e serviços oferecidos. Possui como visão a busca do reconhecimento por sua excelência no desenvolvimento dos seus diferentes objetos de aprendizagem, baseando-se nos valores da cooperação, ética, honestidade, responsabilidade social e qualidade.

Para a jovem Alessandra Laís Wunsch, que participa do programa, associada da cooperativa, as atividades desenvolvidas mostram que existem muitas oportunidades para o jovem no campo e sente-se feliz em aprender técnicas que podem ser utilizadas na propriedade como alternativas de renda, inclusive para as mulheres. A jovem enfatiza que antes de participar do programa, via o meio rural como lugar de atraso, hoje vê na agricultura uma possibilidade de futuro.

6 | CONCLUSÃO

A sucessão rural na agricultura familiar é hoje uma ameaça a esta categoria social, considerando o envelhecimento dos agricultores e a não permanência dos jovens na atividade agrícola. A urbanização, o êxodo rural e a emergência de uma nova ruralidade, em que jovens enxergam o campo como local de moradia, mas não de produção, afeta a economia de muitos pequenos municípios que tem na atividade agropecuária sua principal fonte de renda.

Este trabalho analisou um programa de aprendizagem para jovens rurais, que visa a qualificação e permanência do jovem no meio rural, possibilitando a integração de atividades práticas e vivências no currículo escolar. O programa faz emergir uma nova cultura do trabalho no meio rural, em que este é visto como uma oportunidade de desenvolvimento e estimula o jovem a buscar o associativismo como forma de integração social, tendo no cooperativismo uma experiência de gestão comunitária.

O trabalho cooperativo, como prática de convivência dos alunos, além de permitir a satisfação de necessidades, construção de conhecimento e resultados econômicos, motiva para necessidade de organização social e política dos alunos. Ao trabalhar coletivamente, os alunos relacionam-se entre si e com a natureza, gerando novas formas de convivência, o que influencia na construção da personalidade humana. A consciência de si mesmo depende da consciência do outro e, através da relação cooperativa, ambos se encontram e aprendem mutuamente. A questão central de um trabalho educativo apoiado no associativismo é a viabilização de um processo dinâmico de construção de inteligência coletiva, fundada no conhecimento, na interculturalidade

e ressignificação da aprendizagem, embasada em princípios democráticos e práticas participativas.

O trabalho integrado entre escola, cooperativas possibilita a aprendizagem do trabalho em equipe, a construção da consciência de comunidade e também o desenvolvimento individual de cada jovem conforme suas capacidades e habilidades, através do incentivo à autonomia, à liderança e ao protagonismo. Percebe-se aqui um processo de transformação pessoal, de aprendizado da cidadania, que dão ao jovem rural a oportunidade de vivenciar os resultados da ação individual e coletiva que podem efetivamente transformar o seu contexto de vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998, 104p.
- BANCO DE DADOS REGIONAL - BDR. **Perfil socioeconômico do Vale do Taquari**, Univates, 2011. Disponível em: <http://www.bdr.univates.br/> Acesso em: 27 de dezembro de 2016
- BOUFLEUER, J. P. **Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas**, Ijuí: UNIJUÍ. (1997).
- BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). *Juventude rural em perspectiva*, Rio de Janeiro: Maud X, pp. 35-52, 2004.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Desafios do Desenvolvimento, IPEA, Texto para discussão n. 621, 1999. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf> Acesso em: 15 outubro 2016.
- CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 380 f. Teses (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: < http://teses.ufrj.br/ppgas_D/ElisaGuaranaDeCastro.pdf> Acesso em: 15 outubro 2015.
- BRASIL, **CLT – Consolidação das leis do trabalho**– Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>, acesso em 30 de janeiro de 2017.
- BRASIL, **Lei da aprendizagem**, Lei 10.097/2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm, acesso em 30 de janeiro de 2017.
- DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C.; SILVA, J G. **O fim do êxodo rural?** Espaço e Geografia, Brasília, UNB, v. 4, n. 1, pp. 37-56, 2001. Disponível em: < http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/f_exodorural.pdf> Acesso em: 15 outubro 2016.
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo Paradigma**. Guaíba, Livraria Editora Agropecuária, 1999.
- ESTEVAM, D. O. **A invisibilidade do jovem rural**. In: XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007, Recife - PE. XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT26%20Sociologia%20da%20Inf%20%C3%A2ncia%20e%20Juventude/Microsoft%20Word%20-%20artrecife%5B1%5D.pdf> Acesso em:

15 outubro 2016.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Corede Vale do Taquari**. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale%20do%20Taquari. Acesso em: 30 de dezembro de 2016.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, v. 12, n. 2, pp. 237-271, 2004. Disponível em: <[Http://r1.ufrj.br/esa/art/200410-237-271.pdf](http://r1.ufrj.br/esa/art/200410-237-271.pdf)> Acesso em: 15 outubro 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Paulo Freire contemporâneo**. 2007. Documentário [curta-metragem] produção Olhar Imaginário, Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>> Acesso em: 15 outubro 2016.

GADOTTI, Moacir **Pedagogia das práxis**, 2.^a ed., São Paulo, Cortez. (1998)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. Índice de produção Agropecuária Municipal. 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar –Primeiros Resultados**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009.

KOLCHINSKI, Eliane Maria; ZANETTI Cândida (Orgs.); BIONDO, Elaine *et al.* **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Vale do Taquari/RS**. – Encantado: UERGS; CODETER VALE DO TAQUARI, 2017.

SARTI, C. A. **A família como ordem simbólica**. Psicologia, São Paulo, v. 15, n. 3, pp. 11-28, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf>> Acesso em: 15 Outubro 2016.

WEDIG, J. C.; MENASCHE, R. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na Mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K. (Org.). **Juventude, consumo e educação**. Porto Alegre: ESPM, 2009, pp. 95-112.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-131-2



9 788572 471312